



O que Deus Espera de Nós?

Declaração para um Comércio Justo a Serviço de uma Economia de Vida

Janeiro de 2004

PREÂMBULO

Esta declaração é produto de uma conferência realizada de 11 a 14 de janeiro de 2004 em Stoney Point, Nova Iorque, Estados Unidos. Nós nos reunimos como pessoas de Deus provenientes de nossas igrejas no Canadá, Estados Unidos e México, além de outras regiões do mundo. Reconhecemos que nossos países de origem desempenham papéis diferentes no contexto da atual globalização, em termos de poder econômico, político e militar. Pela graça de Deus em Jesus Cristo, pudemos nos reunir em uma comunidade de solidariedade. Neste espírito, formulamos esta declaração e nos comprometemos a cooperar ecumenicamente para alcançarmos acordos comerciais justos e equitativos como também uma economia que sirva à vida.

Somos representantes de igrejas

Estamos reunidos em nome de Deus, revelado na encarnação de Jesus Cristo, que segundo as escrituras é o criador do mundo. O Espírito Santo nos chama e congrega para servir ao propósito divino, que é redimir o mundo.

A justiça de Deus é nossa razão para nos esforçarmos por um comércio justo. A justiça de Deus cria e sustenta as condições da vida. Deus fez uma aliança ampla, que abrange a totalidade da criação, e a selou com a dádiva de sua graça, uma dádiva inestimável que não se encontra à venda no mercado. O que Deus espera de nós? Que atuemos com justiça, amemos com ternura e caminhemos humildemente com nosso Deus. Nossos povos precisam de políticas que restaurem relacionamentos justos, preservem comunidades responsáveis, reduzam desigualdades econômicas e permitam que toda a criação floresça em sua diversidade.

Acreditamos e ensinamos que Deus sustenta e oferece abundância para todos a partir de sua infinita generosidade, que é a economia de Deus [*oikonomia tou theou*], uma economia de vida que promove o compartilhamento, a solidariedade global, a dignidade das pessoas, o perdão como também o amor e a preocupação com a integridade da criação. O mercado formal deve servir à economia mais importante da vida. A fé nos compele a confrontar as pretenções idólatras que servem de base a muitas práticas econômicas atuais.

Proclamamos ao Deus que escuta o pranto e os lamentos do mundo em sofrimento, do Deus que nos desafia com amor para que sirvamos a nossos semelhantes. A própria natureza do corpo de Jesus nos faz um chamado à solidariedade para com todos os povos e toda a criação.

Em nome de Deus, estamos reunidos com nossos irmãos e irmãs das igrejas do mundo inteiro, que dá vida e nos chama à co-responsabilidade pela vida.

Como representantes das igrejas do México, Canadá e Estados Unidos

Somos testemunhas das exigências cada vez maiores da globalização econômica e seus efeitos negativos em nossas comunidades e em todo o mundo. As desigualdades continuam crescendo apesar dos avanços tecnológicos permitirem que um pequeno segmento da humanidade alcance uma prosperidade material sem precedente. Bilhares de pessoas vivem marginalizadas, oprimidas e excluídas da economia da vida, sofrendo pobreza, fome, enfermidades, desesperança e inclusive a morte.

Durante nossos debates escutamos testemunhos de:

- como o domínio político e militar nesta época de imperialismo continua empobrecendo os povos e tirando vidas;
- como “os homens do milho” mexicanos, agricultores durante milhares de anos de diversas variedades de sementes, agora denunciam a contaminação transgênica dessas sementes, pondo em risco sua própria segurança alimentar;
- como os povos indígenas usaram os tribunais comerciais internacionais para reivindicarem seus direitos de propriedade como um elemento a ser tratado nas leis de comércio internacional;
- como as corporações procuram no mundo mão-de-obra cada vez mais barata, e nesse processo, os trabalhadores canadenses, americanos e mexicanos continuam perdendo seus empregos.
- Como a queda drástica dos preços do leite levaram ao desaparecimento de tantas fazendas familiares de gado leiteiro.
- Como os preços e patentes controlam cada vez mais as dimensões da vida comunitária.

Participantes de outras partes do mundo nos lembraram como dinâmicas semelhantes também estão devastando seus povos, comunidades e o resto da criação.

Acreditamos que os acordos econômicos atuais, as instituições financeiras internacionais e os acordos comerciais e de investimentos (por ex. o NAFTA) distorcem injustamente as normas que regem o comércio e os investimentos a favor dos ricos e poderosos. Quando o comércio e os investimentos são vistos como fins em si e não como meios para alcançar a justiça e o desenvolvimento sustentável, nossa comunidade mundial fica reduzida ao simples intercâmbio de bens e não reflete a esperança bíblica de justiça e paz que mantêm a integridade da criação.

As obrigações de pagamentos de dívidas ilegítimas resultam em uma transferência das riquezas dos países empobrecidos para os credores ricos. Portanto, um regime de comércio justo por si só não é suficiente. Reiteramos nossa Chamada ao Jubileu para que se cancelem dívidas ilegítimas, paralizantes, injustas e abomináveis. Exigimos a criação de novas relações econômicas entre o Norte e o Sul, com base no conceito bíblico de justiça restauradora.

Nosso compromisso ecumênico mundial de unidade em Cristo nos permite e compele a sermos testemunhas de sementes cheias de vida e de esperança, e que um dia a justiça, solidariedade humana e o amor pela criação se expressem concretamente em ações a partir da mudança iniciada pelas igrejas, organizações da sociedade civil e grupos comunitários. Somos igrejas que crêem que a economia de Deus inclui princípios éticos e espirituais que oferecem orientações e instruções na busca de alternativas bem práticas para garantir um comércio e investimentos que respeitem o papel tão importante dos governos, que progridam em prol do bem comum e que sirvam a uma economia de vida e não de morte.

PRINCÍPIOS PARA ACORDOS COMERCIAIS JUSTOS E EQUITATIVOS

Como representantes das igrejas do México, Canadá e Estados Unidos, declaramos nosso compromisso com os seguintes princípios e políticas para um comércio justo e equitativo que sirva às necessidades de todos nossos semelhantes do mundo:

- 1) Para que os Acordos Comerciais e de Investimentos garantam o respeito pela dignidade das pessoas, devem ficar subordinados à legislação e a acordos internacionais que garantam o reconhecimento universal dos direitos humanos. Esses incluem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; equidade de gênero; direitos trabalhistas; direitos dos trabalhadores migratórios; e direitos dos povos indígenas.
- 2) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem reconhecer os direitos inalienáveis dos povos indígenas a seus territórios tradicionais, recursos e conhecimentos tradicionais. Os povos indígenas têm que dar seu consentimento informado antes de qualquer intento de urbanização ou desenvolvimento que afete seus territórios tradicionais.
- 3) Os Acordos Comerciais e de Investimentos também devem se subordinar à meta do desenvolvimento sustentável e à redução de pobreza. Isto requer uniformidade entre o comércio, ajuda para o desenvolvimento e políticas migratórias como também o diálogo entre, e inclusão, dos responsáveis em desenvolver políticas.
- 4) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem incluir medidas que promovam e fortaleçam o respeito à criação por meio de regras e normas ambientais que tenham como base o “princípio precautório”, que defende os interesses das futuras gerações.

Implicações políticas

- Os governos e corporações devem realizar estudos de impactos e análises de riscos (locais).
- 5) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem reconhecer e respeitar a soberania nacional e a legítima responsabilidade dos governos de defenderem o bem-estar de todos os integrantes da sociedade, garantir a participação democrática e exercer a vigilância pública.

Implicações políticas

Os governos devem:

- Preservar a integridade dos serviços públicos de saúde e educação, entre outros.
- Reconhecer que os efeitos dos tratados comerciais e de investimentos são diferentes para mulheres, homens e crianças, e que se requerem medidas para compensar esses efeitos;
- Reconhecer e proteger os serviços gratuitos de provisão de cuidados e alimentação (por ex. educação, cuidados da saúde, nutrição e socialização) e apoiar os investimentos sociais necessários para o fortalecimento da família e relações comunitárias;
- Proteger o direito de acesso público à água potável segura;
- Proteger o interesse público e integridade ambiental nas parcerias públicas e privadas, nas privatizações e em contratos de arrendamento, contratos e acordos relativos à extração de recursos (por ex. mineração, petróleo, hidroelétricas, exploração florestal, pesqueira ou de recursos biológicos).
- Rejeitar mecanismos para a resolução de controvérsias entre investidores e o estado e a proibição de requerimentos de desempenho como os que se encontram no capítulo 11 do Tratado de Livre Comércio da América do Norte.
- Subordinar patentes ou direitos de propriedade de cunho intelectual a medidas que assegurem o acesso a todos os bens públicos, como a licença obrigatória de produtos farmacêuticos genéricos para garantir acesso a medicamentos que podem salvar vidas.

- 6) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem apoiar uma maior segurança para os seres humanos, fomentando a paz entre governos e instituições internacionais.

Implicações políticas

Os governos devem:

- Fortalecer o trabalho das instituições multilaterais, especialmente a Organização das Nações Unidas.
- Requerer transparência na definição de prioridades, orçamentos e tomadas de decisões das instituições internacionais.
- Acelerar o controle e eliminação do comércio de armas.

- 7) Os Acordos de Comércio e de Investimentos devem levar em consideração um intercâmbio agrícola de benefícios mútuos, proteger a capacidade de sobrevivência dos pequenos produtores para que possam crescer, e garantir que os subsídios e as barreiras de comércio tarifárias e não-tarifárias não prejudiquem os produtores agrícolas em estados pequenos, mais fracos e menos desenvolvidos. Esses acordos devem defender a capacidade dos estados de protegerem os interesses de seus povos.

Implicações políticas

Os governos devem:

- Garantir o direito de excluir alimentos básicos (por ex. milho e feijão) dos acordos comerciais.
- Garantir a segurança alimentícia.
- Fomentar práticas agrícolas sustentáveis e ambientalmente seguras, respeitando ao mesmo tempo as necessidades e o importante papel dos produtores locais e suas comunidades.
- Garantir o acesso a alimentos nutritivos necessários, principalmente para os pobres;
- Regular o agronegócio para assegurar que ele contribua para o bem comum.
- Garantir os direitos e a segurança dos trabalhadores agrícolas e pescadores.
- Proteger a biodiversidade, o conhecimento indígena e práticas agrícolas comunitárias e tradicionais.
- Adotar salvaguardas para proteger contra a onda de importações.
- Regular e proibir a importação de organismos geneticamente modificados (OGM), inclusive alimentos de ajuda de emergência, até que se comprove serem seguros.

- 8) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem assegurar maior responsabilidade social empresarial e prestação de contas.

Implicações políticas

Os governos devem:

- Prover regras efetivas e seu cumprimento para assegurar o respeito pelos direitos humanos, fidelidade às normas trabalhistas internacionais e práticas que protejam os bens ambientais globais.
- Fazer cumprir a responsabilidade das corporações de contribuir para o interesse público.
- Proibir a mercantilização de formas de vida.

- 9) Deve se chegar a Acordos Comerciais e de Investimentos através de negociações transparentes e permitir a participação ampla da sociedade civil na negociação, implementação e monitoramento de seus desempenhos.

- 10) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem incorporar um genuíno tratamento especial e

diferenciado em relação aos estados pequenos, mais fracos e menos desenvolvidos que requeiram exenções especiais de longo prazo.

- 11) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem permitir a estabilização de preços de mercadorias agrícolas e minerais para que alcancem níveis remunerativos através de acordos, como os acordos de fornecimento de gestão de mercadorias, com o fim de reverter a deteriorização em relações comerciais vivenciadas por exportadores primários.

Consideramos o conceito de Comércio Justo como sendo um bom modelo de trabalho de um sistema mais equitativo.

- 12) Os Acordos Comerciais e de Investimentos devem respeitar o direito soberano dos povos e das nações de escolher uma diversidade de vias de desenvolvimento, inclusive as que se baseiam na produção nacional envolvendo um mínimo de intercâmbio internacional.

Um novo céu e uma nova terra

Na economia misericordiosa de Deus, há suficiente para todos desfrutarem de uma vida abundante. Ao organizar a economia mundial, Deus nos confiou uma vocação para cuidarmos do bem comum, servindo a nossos semelhantes e cuidando da terra.

Como gente de fé e com grande esperança, humildemente pedimos ao Deus criador e redentor deste mundo glorioso que crie em nós um novo coração cheio de amor por Deus e nossos semelhantes. Confessamos nossas fraquezas e limitações. Que possamos aprender a viver juntos como participantes da morada divina, compartilhando de maneira justa a fartura da criação e vivendo uns com os outros em harmonia e respeito mútuo. Que o Espírito de Deus nos guie para estabelecermos boas relações entre os povos e a terra, entre uma comunidade e outra. Que Deus dê inspiração e sabedoria a nossos dirigentes para que possam encontrar os verdadeiros caminhos por onde possamos transitar juntos em direção a um presente e um futuro mais generoso, sustentável e harmonioso.

Assinaturas: